CLIPPING INTERNET

13/03/2022 ATÉ 13/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE IMIRANTE.COM..... 1
1.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 2
2 PLANTÃO NO TJMA
2.1 SITE O MARANHENSE..... 3
3 PRESIDÊNCIA
3.1 SITE O MARANHENSE..... 4
4 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
4.1 SITE O MARANHENSE..... 5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/03/2022 - SITE IMIRANTE.COM
POSITIVA
Pais e filhos realizam procedimento de reconhecimento de paternidade

Pais e filhos realizam procedimento de reconhecimento de paternidade

O Dia D integra o projeto nacional "Meu Pai Tem Nome", de iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).
DIVULGAÇÃO / DPE-MA
13/03/2022 às 07h00
Pais e filhos realizam procedimento de reconhecimento de paternidade
Durante o mutirão, foram atendidos diversos casos. (Foto: divulgação / DPE-MA)
SÃO LUÍS - A sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) e mais de 40 unidades no interior do Estado abriram as portas nesse sábado para o mutirão de reconhecimento de paternidade, o “Dia D da Defensoria Pública”. A atividade, que ocorreu em todas as Defensorias do país, possibilitou que filhos realizassem o sonho de ter o nome do pai no documento, bem como garantir uma série de direitos.

O Dia D integra o projeto nacional “Meu Pai Tem Nome”, de iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). No Maranhão, o mutirão contou com sessões de conciliação extrajudicial e atendimento jurídico para reconhecimento de paternidade biológica e socioafetiva, agendamento de exames de DNA, além de orientação e encaminhamento para outras demandas, bem como atividades voltadas para os pequenos como oficinas de contação de história, desenho e música.

Leia também: Maranhão registra aumento nos reconhecimentos de paternidade em 2021

De acordo com o defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, a ação contribui para reverter um quadro crítico no país e no estado: o número de crianças que não têm o nome do pai no registro civil. “No Maranhão, 40 mil crianças não tiveram o nome do pai registrado nas certidões emitidas nos últimos cinco anos. Isso inviabiliza uma série de direitos: pleitear pensão alimentícia, direitos sucessórios e previdenciários e dificulta o próprio desenvolvimento da criança. Por isso, nos unimos, em todo o estado e no Brasil, para garantir direitos aos mais vulneráveis e garantir que esse cenário mude”, declarou.

Responsável pela coordenação do mutirão no Maranhão, a defensora pública Elainne Barros, que é diretora da Escola Superior, agradeceu o empenho dos núcleos regionais no interior e demais parceiros para a realização da atividade. “Foi uma grande articulação, com muito empenho e dedicação, para que pudéssemos abrir as portas da Defensoria neste sábado. Por isso, só temos a agradecer a cada um, seja membro da DPE ou de instituições parceiras, que trabalharam para garantir a efetivação desse direito tão importante que é o reconhecimento de paternidade”, frisou.

Reconhecimentos

Durante o mutirão, foram atendidos diferentes casos. Adrielly Ferreira Sousa, de 18 anos, foi uma das assistidas que conseguiu realizar o reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva, aquele que ocorre mediante vínculo afetivo constituído com o filho. No caso da estudante, ela foi reconhecida pelo seu pai de criação, Valdir dos Santos, neste sábado. “Os meus pais biológicos eram muito jovens e me deram para que os meus pais de criação pudessem me criar. É muito bom poder ter a partir de hoje o nome do meu pai Valdir no meu registro”, disse Adrielly Ferreira.

Outro caso atendido durante o mutirão foi o de Charles Araújo, que buscou os serviços da Defensoria para fazer o reconhecimento de paternidade do filho que hoje tem cinco anos. “Quando o Marciel nasceu, ele foi registrado somente com o sobrenome da mãe. Aí vimos na TV que teria essa ação e viemos colocar meu nome no registro dele. Além de ser importante crescer com o nome do pai, ele também pode precisar comprovar isso um dia”, afirmou o pai.

Além dos reconhecimentos espontâneos nos casos de vínculo biológico ou socioafetivo, o mutirão também recebeu demandas diversas que foram encaminhadas para a via judicial. Esse foi o caso da dona de casa Rosângela dos Santos Rodrigues, que deu entrada no reconhecimento post mortem. “Meu marido faleceu quando eu ainda estava grávida do meu segundo filho. Fui ao cartório tentar registrá-lo, mas me disseram que não podiam colocar o nome dele na certidão. Agora o meu filho fica perguntando porque o irmão tem o nome do pai e ele não. Vim tentar resolver isso porque importa muito pra ele e vai garantir os direitos dele”, ressaltou.

A ação contou com a parceria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da rede de Assistência Social de São Luís.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/03/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
40 mil crianças não tiveram o nome do pai registrado nas certidões, nos últimos 5 anos

40 mil crianças não tiveram o nome do pai registrado nas certidões, nos últimos 5 anos

Pais e filhos realizam procedimento para reconhecimento de paternidade durante o Dia D da Defensoria Pública.

Fonte: Redação/Assessoria
Data de publicação: 13/03/2022

Pais foram à Defensoria Pública para reconhecer paternidade de seus filhos (Foto: Divulgação)

A sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/ MA) e mais de 40 unidades no interior abriram as portas nesse sábado, 12, para o mutirão de reconhecimento de paternidade, o “Dia D da Defensoria Pública”.

A atividade, que ocorreu em todas as Defensorias do país, possibilitou que filhos realizassem o sonho de ter o nome do pai no documento, bem como garantir uma série de direitos. O Dia D integra o projeto nacional “Meu Pai Tem Nome”, de iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).

No Maranhão, o mutirão contou com sessões de conciliação extrajudicial e atendimento jurídico para reconhecimento de paternidade biológica e socioafetiva, agendamento de exames de DNA. A ação proporcionou, também, orientação e encaminhamento para outras demandas, bem como atividades voltadas para os pequenos como oficinas de contação de história, desenho e música.

De acordo com o defensor geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, a ação contribui para reverter um quadro crítico no país e no estado: o número de crianças que não têm o nome do pai no registro civil. “No Maranhão, 40 mil crianças não tiveram o nome do pai registrado nas certidões emitidas nos últimos cinco anos. Isso inviabiliza uma série de direitos: pleitear pensão alimentícia, direitos sucessórios e previdenciários e dificulta o próprio desenvolvimento da criança. Por isso, nos unimos, em todo o estado e no Brasil, para garantir direitos aos mais vulneráveis e garantir que esse cenário mude”, declarou.

RECONHECIMENTOS

Durante o mutirão, foram atendidos diferentes casos. Adrielly Ferreira Sousa, de 18 anos, foi uma das assistidas que conseguiu realizar o reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva, aquele que ocorre mediante vínculo afetivo constituído com o filho.

No caso da estudante, ela foi reconhecida pelo seu pai de criação, Valdir dos Santos, neste sábado. “Os meus pais biológicos eram muito jovens e me deram para que os meus pais de criação pudessem me criar. É muito bom poder ter a partir de hoje o nome do meu pai Valdir no meu registro”, disse Adrielly Ferreira.

Outro caso atendido durante o mutirão foi o de Charles Araújo, que buscou os serviços da Defensoria para fazer o reconhecimento de paternidade do filho que hoje tem cinco anos. “Quando o Marciel nasceu, ele foi registrado

somente com o sobrenome da mãe. Aí vimos na TV que teria essa ação e viemos colocar meu nome no registro dele. Além de ser importante crescer com o nome do pai, ele também pode precisar comprovar isso um dia", afirmou o pai.

Além dos reconhecimentos espontâneos nos casos de vínculo biológico ou socioafetivo, o mutirão também recebeu demandas diversas que foram encaminhadas para a via judicial. Esse foi o caso da dona de casa Rosângela dos Santos Rodrigues, que deu entrada no reconhecimento post mortem.

"Meu marido faleceu quando eu ainda estava grávida do meu segundo filho. Fui ao cartório tentar registrálo, mas me disseram que não podiam colocar o nome dele na certidão. Agora, o meu filho fica perguntando porque o irmão tem o nome do pai e ele não. Vim tentar resolver isso porque importa muito para ele e vai garantir os direitos dele", ressaltou.

A ação contou com a parceria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e da rede de Assistência Social de São Luís.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PLANTÃO NO TJMA
13/03/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Desembargador José Luiz Almeida é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

Desembargador José Luiz Almeida é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

12 de março de 2022 omaranhense

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (11) até domingo (13), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Laércio Dutra Martins e Vânia de O. Azevedo. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 14 a 20 de março, a desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em “Plantão de 2º Grau”.

SÃO LUÍS

No 1º Grau – Comarca da Ilha – As juízas Maria José França Ribeiro (7º Juizado Cível) e Andréa Cysne Frota Maia (1ª Turma Recursal de São Luís), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia as magistradas são o servidor Fabiano Costa (7º Juizado Cível) e a servidora Laíssa Maciel (1ºJuizado Criminal).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
13/03/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente do TJMA recebe visita de comandante de brigada

Presidente do TJMA recebe visita de comandante de brigada

12 de março de 2022 omaranhense
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, recebeu, na manhã desta sexta-feira (11), a visita institucional do comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, general de brigada João Roberto Albim Gobert Damasceno.

O general da 22ª Brigada de Infantaria de Selva de Macapá agradeceu a gentileza com que foi recebido pelo presidente Lourival Serejo.

“Foi uma alegria pessoal ter sido recebido pelo desembargador Lourival Serejo, um intelectual, escritor, de finíssimo trato, que nos recebeu da melhor forma”, comentou.

Disse, ainda, que a visita de cortesia foi para explanar a missão da sua brigada. “Viemos nos colocar à disposição em um ano que sabemos da integração entre o exército, as instituições, especialmente os órgãos de segurança pública, em prol de eleições seguras, onde todos podem exercer sua cidadania em condições realmente de segurança e estreitar os laços institucionais”, concluiu o general Golbert.

Na ocasião, o presidente Lourival Serejo entregou a Medalha Comemorativa dos 200 Anos do Tribunal ao general Gobert. O comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva retribuiu o gesto entregando ao presidente do TJMA, moeda comemorativa do 24º BIS.

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva de Macapá abrange os batalhões de São Luís (MA), Belém (PA), Macapá (AP) e estende-se da fronteira a noroeste do Pará até o norte do Maranhão.

TJMA promove conciliação itinerante no polo de Balsas

12 de março de 2022 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove – no período de 14 a 18 de março – a 2ª edição de 2022 do projeto Conciliação Itinerante. Desta vez, a ação irá contemplar cidadãos e cidadãs de São Pedro dos Crentes (14/3), Nova Colinas (15/3) e Balsas (16, 17 e 18/3).

Durante o evento, a população poderá resolver questões processuais (com ação judicial em andamento na Justiça) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e gratuita, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

A iniciativa – promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo de Sousa Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka – visa aproximar a Justiça da sociedade e estimular a pacificação social.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, ressalta que a Conciliação Itinerante possui o intuito de facilitar o acesso da população ao Poder Judiciário do Maranhão. “A Justiça tem implementado diversas ações com o objetivo de facilitar a vida da população maranhense. Neste sentido, a Conciliação Itinerante busca garantir o acesso à Justiça, de forma mais rápida e simples, aos cidadãos e cidadãs”, pontuou.

DEMANDAS

Na oportunidade, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

São Pedro dos Crentes (14/3) – das 8h às 17h, Quadra Poliesportiva Pasto João Jonas, bairro Santa Rosa

Nova Colinas (15/3) – das 8h às 17h, Escola Municipal Iramita Canaã Brasileiro, Rua Julião Pereira de Brito, Centro

Balsas (16/3) – das 8h às 17h, Ginásio de Esportes, Avenida Litorânea (em frente ao Hiper Mateus)

Balsas (17 e 18/3) – das 8h às 17h, Fórum da comarca de Balsas, Avenida Jamildo, s/n, Potosi. No local, a população poderá solucionar questões processuais (com ação judicial em andamento), durante mutirão processual promovido pela comarca, além de demandas pré-processuais.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel e máscaras, além do distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã – com ou sem ação judicial em andamento – deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento – em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

A Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA informa que as pessoas (partes) que possuírem processos em andamento na comarca e desejaram fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

Durante o evento, serão realizadas audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando por videoconferência, com uso de um celular com câmera, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo do exterior.

PLATAFORMA

Durante o projeto, o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).